

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.074 - PR (2019/0269411-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **TECNICA ENGENHARIA LTDA**
ADVOGADOS : **FERNANDO JOSÉ MESQUITA - PR012816**
: **MARCUS VINICIUS DE FREITAS ZOMPERO - PR074709**
RECORRIDO : **DORIZETE DA COSTA SOARES**
ADVOGADOS : **CLESIA AUGUSTA DE FAVERI BRANDÃO - PR022618**
: **SILAS RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S) - PR017048**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA DE VERBA SALARIAL. DÍVIDA DECORRENTE DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL DA RECORRENTE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Tecnica Engenharia Ltda., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pela Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ, fl. 61):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA DE OPÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE UNIDADE HABITACIONAL SOB CONDIÇÃO E MEDIANTE ANTECIPAÇÃO DE POSSE EM CARÁTER PRECÁRIO. DECISÃO QUE INDEFERIU A PENHORA DE 10% SOBRE A REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELA PARTE EXECUTADA. ALEGADA FLEXIBILIZAÇÃO DA RESTRIÇÃO CONTIDA NO ART. 833 DO CPC. NÃO VERIFICAÇÃO. CARÁTER ABSOLUTO DA IMPENHORABILIDADE DOS VENCIMENTOS. PRECEDENTES DO STJ. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DE QUAISQUER DAS HIPÓTESES LEGAIS QUE EXCEPCIONAM A REGRA DA IMPENHORABILIDADE DO SALÁRIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 833, IV E § 2º, DO CPC. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, alega a insurgente ofensa ao art. 833, § 2º, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, a possibilidade de penhora de percentual do salário do devedor, quando não obtiver sucesso no prosseguimento da execução.

Contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 97).

Admitido o recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

Inicialmente, é importante ressaltar que o recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Como bem delimitada nas razões do apelo excepcional, a tese defendida pela recorrente refere-se à possibilidade de penhora de 10% (dez por cento) da verba salarial para saldar débito decorrente de inadimplemento da dívida referente à ocupação de imóvel de sua propriedade.

Ao se manifestar sobre o tema, o Tribunal de origem expôs os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 63-64):

O artigo 833 do Código de Processo Civil estabelece a impossibilidade de penhora sobre determinados bens, dentre os quais “os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do ” devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º (inciso IV).

Por outro lado, verifica-se no parágrafo segundo do mencionado dispositivo exceções à regra da impenhorabilidade dos ganhos do executado (prevista no inciso IV), a saber, quando se tratar de execução de crédito com natureza alimentar, independentemente de sua origem, e, ainda que a quantia executada não possua caráter alimentício, sobre a remuneração do executado, na parte que exceder a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais.

No caso dos autos, o crédito executado na demanda originária advém do inadimplemento da “taxa de administração” prevista no “instrumento particular de outorga de opção para aquisição de unidade habitacional sob condição e mediante antecipação de posse em caráter precário” (mov. 1.3, autos de execução), o qual, nas palavras da recorrente, “se convolou ”, em razão de a agravada não ter optado

pela aquisição do imóvel (mov. 15.1, em uma espécie de contrato de locação autos de recurso).

Portanto, o procedimento executivo, na espécie, não está voltado à satisfação de crédito alimentar.

Outrossim, tem-se que a remuneração percebida pela agravada (conforme a declaração de IR ano-calendário 2016 – mov. 135.3, autos de execução) não supera a quantia correspondente a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, razão pela qual não pode ser objeto de penhora, ainda que limitada ao percentual de 10% (dez por cento).

(...)

Assim, em não restando configuradas as hipóteses de exceção previstas no parágrafo segundo do dispositivo legal em epígrafe, deve ser reconhecida a impenhorabilidade dos rendimentos percebidos pela agravada.

Destarte, o acórdão recorrido encontra-se em perfeita harmonia com a jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser impenhorável verbas salariais para adimplemento de dívida, exceto no caso de pagamento de obrigação alimentícia.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Esta Corte Superior adota o posicionamento de que o salário, soldo ou remuneração são impenhoráveis, nos termos do art. 833, IV, do NCPC, sendo essa regra excepcionada apenas quando se tratar de penhora para pagamento de prestação alimentícia ou quando os valores excedam 50 (cinquenta) salários mínimos mensais (art. 833, IV, § 2º, NCPC), o que não é o caso dos autos. Precedentes.

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos por força da Súmula n. 7 do STJ. 2.1. No caso concreto, o Tribunal de origem entendeu não existir situação excepcional a autorizar a mitigação da regra da impenhorabilidade. Alterar essa conclusão demandaria reexame de fatos e provas, providência vedada em recurso especial. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1369019/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PENHORA. SALÁRIO. CARÁTER ALIMENTAR. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA

IMPENHORABILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não se tratando de desconto oriundo de contrato, toda verba salarial, enquanto permanecer com esta característica, é impenhorável, não se admitindo quaisquer constrições sobre ela.
3. Na hipótese, não foram apresentadas razões capazes de mitigar a regra de impenhorabilidade.
4. Agravo interno não provido.
(AgInt no AREsp 1081999/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

No caso em exame, não sendo o débito decorrente de prestação alimentícia, descabe reconhecer a possibilidade de penhora das verbas salariais depositadas na conta-corrente da recorrida.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator